

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 29 de julho de 1988

Hora de fazer as correções na Carta, negociando

Uma lei da física também se aplica freqüentemente à política: toda ação provoca uma reação igual e em sentido contrário. Mas isso não significa, necessariamente, que se crie um cataclismo. O resultado são situações novas, plenas de possibilidades.

Assim interpretamos o altivo discurso pronunciado anteontem pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que teve imediata repercussão sobre o plenário, que aprovou por 403 votos, estando presentes 471 parlamentares, o texto-base da nova Carta Magna que regerá os destinos do País.

Em seu pronunciamento, que prima pela concisão e pela exposição da filosofia que orientou o trabalho da Constituinte, o presidente da Assembléia fez questão de rechaçar a hipótese aventada pelo presidente José Sarney de que algumas das medidas aprovadas, se mantidas no segundo turno, poderiam levar o País à ingovernabilidade. "A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade", assinalou Ulysses, depois de lem-

brar que, inevitavelmente, o texto "abriga imperfeições", cuja eliminação já estava prevista desde que foi instituído um segundo turno revisionista. E, efetivamente, foram apresentadas 3.544 emendas e pedidos de destaque para um projeto que tem, no total, 321 artigos.

Como dissemos em nosso editorial de ontem, o pronunciamento do presidente Sarney foi duro e estava destinado a provocar irritações. Mas achamos perfeitamente justificável que o primeiro mandatário da Nação alertasse o povo, no momento oportuno, quanto à plethora de gastos que poderá ser gerada caso sejam mantidas no segundo turno algumas das medidas aprovadas pela maioria dos parlamentares e que desfalcariam as contas do País do equivalente a US\$ 12,6 bilhões, segundo os cálculos oficiais.

Na realidade, estamos convencidos de que as críticas às vezes contundentes do presidente da República, seguidas da réplica do presidente da Constituinte, podem acabar tendo um efeito salutar. Pouco importa assinalar que o governo sofreu uma derrota política

com a aprovação, por um número tão expressivo de parlamentares, do texto-base que emergiu depois do estudo, triagem e votação de 39 mil emendas apresentadas na longa travessia de dezoito meses, para usar a expressão do deputado Ulysses Guimarães, exigida pela elaboração da nova Constituição brasileira.

A Assembléia cerrou fileiras com o seu presidente, mas, a nosso ver, está aberto o caminho para o entendimento com a admisão, não só pelo deputado Ulysses Guimarães mas também pelas mais expressivas lideranças políticas do País, de que o projeto deve agora passar pelo severo crivo de sua compatibilidade com o estado das finanças públicas, a realidade econômico-social do País e as perspectivas de desenvolvimento futuro, na moldura de um sistema de livre mercado.

Na avaliação de analistas políticos, existem 20 a 25 tópicos sobre os quais há concordância preliminar entre as correntes partidárias de maior peso quanto à necessidade de suprimir, no todo ou em parte, no texto final, principalmente

na parte que se refere às Disposições Transitórias. Mas, naturalmente, isso vai exigir intensas negociações. Como para aprovação de qualquer emenda supressiva são necessários 280 votos e como nenhum grupo, isoladamente, tem capacidade para mobilizar esse número de parlamentares, não haverá outra alternativa senão conversar, como é da essência da boa política.

Acresce que, embora a Constituinte não tenha prazo fixo para encerrar os seus trabalhos, não há muito mais tempo a perder em discussões inócuas. O País deseja uma nova Constituição o quanto antes e os constituintes sabem disso. Fala-se em várias datas para a promulgação da nova Carta, que não passaria, na previsão de muitos parlamentares, além de 7 de setembro próximo.

O essencial, para reiterarmos a colocação feita em nosso editorial anterior, é que não se perca de vista a evolução política do País desde o final da última década e que, finalmente, se dê mais um passo decisivo para plena realização da tão ansiada abertura política.